O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 27/09/2023 - 06:00

Mensalidade escolar deve subir 9% na média em 2024, prevê o setor

Reajuste de mensalidade escolar será maior que a inflação; média é de 9%

Levantamento considera 979 escolas da maioria dos Estados, com algumas projetando aumento de 35%; outro levantamento indica que 97% das instituições farão reajustes

JOSÉ MARIA TOMAZELA

Na média, as mensalidades escolares devem aumentar entre 8% e 9% no próximo ano, bem acima da inflação de 2023, que deve ficar em torno de 5%. É o que apontam dois levantamentos feitos com escolas e a previsão do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp). Grande parte dos colégios já iniciou o processo de rematrícula, aplicando aumentos.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou agosto em 4,61% no acumulado de 12 meses. Na composição da anuidade escolar, além do reajuste de professores e funcionários, entram outros custos, como investimento em tecnologias e até em psicólogos. Grande parte da demanda por aumentos, segundo as escolas, ainda deriva dos efeitos da pandemia de covid-19.

Conforme estudo mais recente do Melhor Escola, site de referência no setor, as mensalidades dos colégios particulares devem subir, em média, 9%, considerando 979 escolas da maioria dos Estados. Nesse universo, algumas até informaram que não farão reajuste, enquanto outras projetam 35%.

Outro levantamento, feito em julho pela empresa de gestão Meira Fernandes com 1,5 mil escolas particulares, apontou que 97% vão aumentar a mensalidade, enquanto 3% planejam manter valores atuais. A pesquisa mostrou que 38% das escolas terão reajuste entre 7% e 10%, enquanto outras 29% aumentarão entre 10% e 12%. A ponderação das médias já ficava acima de 8%.

Os dados apresentados pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp) aos mantenedores de escolas para a composição da planilha de custos também indicam aumento acima da inflação. Segundo o presidente, José Antonio Figueiredo Antiório, as escolas são orientadas a repassar para os custos o reajuste dos funcionários e professores, que pode chegar a 5%, mais a participação nos lucros e resultados (PLR), paga em outubro. Valores ligados ao aumento de produtividade também pesam na conta, mas esse porcentual ainda será negociado.

Na sequência, devem ainda considerar outros custos para compor a planilha, como a inadimplência, cuja média está em 6,8%, conforme o sindicato. "Há muitas novas tecnologias chegando ao Brasil, e as escolas estão incorporando. É uma competência das escolas definir o índice, mas aumentar muito também causa problema para a escola enquanto empresa. Não estamos vendo isso acontecer", diz Antiório.

Conforme o dirigente, a maioria das escolas ainda sofre com os efeitos da pandemia, quando elas tiveram de se adaptar ao ensino remoto ou ao híbrido. "Os reflexos estão presentes, sobretudo nos aspectos pedagógico e psicológico de muitos alunos. Houve e há necessidade de reforçar quadros com profissionais, como psicólogos e terapeutas, para acompanhar os alunos, além de professores que foram treinados para dar ensino compatível às novas necessidades", diz. "Muitas escolas ainda estão pagando empréstimos que tomaram na pandemia."

NEGOCIAÇÃO. De acordo com o presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), Eugênio Cunha, não há porcentual definido para reajuste. Mas ele ressalta que os custos das escolas não acompanham a inflação. "A escola tem custos que podem ser maiores do que a inflação e isso varia de uma escola para outra. A escola A, por exemplo, tem prédio próprio, a B tem um prédio alugado, então isso é levado em conta na planilha de cada uma", afirma. Ele lembrou que a pesquisa do Melhor Escola, a qual teve acesso, chegou a um indicador médio de reajuste de 9% que pode indicar uma tendência, mas não é um porcentual obrigatório.

As escolas são livres para negociar com os pais, oferecendo descontos ou parcelando a mensalidade. "Tem escola que divide a anuidade em 13 parcelas, outras em 12, algumas dão desconto na matrícula antecipada", diz ele. "Outras dão descontos para família com mais de um filho na escola. Cada uma tem sua estratégia de negócio. Não há regra que obrigue a fazer algo." ●

Formação de custo e covid
Sindicato destaca aumento para funcionários, gasto com tecnologia e psicólogo e inadimplência, hoje em 6%

ALEX SILVA/ESTADÃO

Greve na USP
Alunos de Direito aderem à paralisação iniciada na FFLCH

Estudantes da Faculdade de Direito da USP decidiram aderir à greve de alunos iniciada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas por novas contratações de professores. Segundo a reitoria, essa contratação está em curso de forma escalonada, até 2025.●

Para advogada, pai deve analisar planilhas e pode contestar valores

Segundo a advogada Carolina Vesentini, da área de Relacionamento do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), embora não haja limite estabelecido para o reajuste, a Lei 9.870, de 1999, diz que as escolas devem justificar o aumento aos pais e responsáveis em planilha de custos. Esse documento, segundo ela, deve ser colocado à disposição dos pais mesmo que eles não peçam.

Se o pai não concordar ou encontrar discrepâncias nos valores, diz a advogada, ele pode contestar em órgãos de defesa do consumidor, como os Procons, e até na Justiça. "A gente até incentiva que o pai verifique bem a planilha para ver se há excesso ou abusividade. Recomendamos antes que tente resolver com a própria escola, depois no Procon e, em último caso, no Judiciário, até porque na Justiça sempre há uma demora", diz. "As escolas mais tradicionais sempre resolvem nesse contato com o pai. Se ainda assim o pai encontrar resistência na sua contestação, ele tem sempre a opção de buscar outra escola para o filho", afirma Carolina. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole **Caderno:** A **Pagina:** 14

Copyright © Clipclap 2025.